

Multiplicidade de agendas enfraquece busca por soluções duradouras na Segurança Pública

Pensamento mágico dos dias atuais leva ao fim de dilemas institucionais e históricos. Na prática, poucas ações são feitas para manter a queda dos índices de criminalidade

Os efeitos da ausência de políticas coordenadas e articuladas de segurança pública ganharam força na semana que passou e continuam a dar o tom do debate acerca dos problemas da área. O Brasil experimenta um momento em que vários indicadores oscilam e, hoje, não temos informações suficientes para validar as novas tendências e configurações da cena do crime e da segurança.

Em várias Unidades da Federação temos observado uma queda bastante acentuada nos indicadores criminais, o que, em tese, é uma ótima notícia. Porém, quando lideranças locais são ouvidas, muitas dúvidas surgem. Mesmo reconhecendo que a queda está, de fato, ocorrendo, uma análise mais detida dos dados parece indicar que existem múltiplas variáveis que estão sendo desconsideradas no debate público e que podem comprometer a tomada informada de decisão.

Entre essas variáveis, vale destacar que os sistemas estaduais de ocorrências policiais estão em transformação, com investimentos em tecnologia e novos parâmetros. Isso pode ser visto, a princípio, como positivo, mas também seria necessário que contássemos com mecanismos de auditoria e consistência mais transparentes e rigorosos.

A queda nos índices criminais pode também ser derivada de aspectos metodológicos e, o mais grave, do comprometimento dos canais de registro. Ou seja, se há uma mudança que, por exemplo, dificulte o registro de ocorrências de estupro nas delegacias territoriais e obrigue as vítimas a procurarem delegacias especializadas, é esperado que aumente a taxa de subnotificação e a série histórica apresente uma queda. Um bom sistema de estatísticas não depende só de tecnologia, mas de uma série de mecanismos de *compliance* e controle que precisam ser transparentes e auditáveis.

Não bastassem a inexistência de tais mecanismos, a segurança pública mostrou-se permeada por usos políticos de acontecimentos, a começar pela aprovação da lei que amplia a posse de armas para todo o perímetro das propriedades rurais; o episódio do sequestrador do ônibus na ponte Rio-Niterói morto por um Sniper da Polícia Militar do Rio de Janeiro e a exploração do caso pelo governador Wilson Witzel (PSC); bem como a crise da Amazônia a partir das queimadas mas que revela o quão precária é a oferta de serviços públicos na região.

Todas essas questões são abordadas na edição desta semana do *Fonte Segura*. Nela, falamos sobre a relevância dos dados e da existência de plataformas de monitoramento e avaliação capazes de identificar eventuais lacunas e/ou fragilidades; a discussão técnica sobre quando um Sniper pode atirar; e o papel das forças de segurança na manutenção da Ordem Pública na Amazônia. Além desses dados, também trazemos informações sobre o número altíssimo de intercepções telefônicas em curso no país, em um início de reflexão sobre a complexidade do combate à criminalidade e a urgência de investimentos na investigação e esclarecimento de crimes.

O *Fonte Segura* destaca que a multiplicidade de agendas e abordagens vista pelos monitoramentos por nós realizados está enfraquecendo a busca lastreada em evidências por soluções duradouras. O contexto atual parece ter criado uma espécie de pensamento mágico, que imagina que todos os nossos dilemas institucionais e históricos estão sendo eliminados. O drama é que, na prática, pouco foi feito no plano nacional e pouco foi rigorosamente avaliado e documentado no plano subnacional. Como consequência, nada garante as conquistas e a queda dos índices de criminalidade violenta.

Há muito o que ser trazido à superfície da segurança pública brasileira.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-5zx2v>

